

**OS PANEGÍRICOS LATINOS E O CONCEITO DE *IMPERIUM*:
REPENSANDO OS PODERES DOS IMPERADORES ROMANOS
(SÉCULOS III E IV D.C.)**

**LATIN PANEGYRICS AND THE CONCEPT OF *IMPERIUM*:
RETHINKING THE POWERS OF ROMAN EMPERORS
(THIRD AND FOURTH-CENTURIES A.D.)**

Ana Teresa Marques GONÇALVES*
Ana Paula FRANCHI**

Resumo: Neste artigo, propomos uma análise dos poderes exercidos pelos Imperadores Romanos na passagem do III para o IV século d.C., a partir do redimensionamento do conceito de *imperium* e da diferenciação entre Imperadores legítimos e usurpadores, como estes aparecem descritos nos Panegíricos Latinos.

Palavras-chave: Imperador – Usurpador – Poder – Império – Romanos.

Abstract: In this paper, we propose an analysis of the powers exercised by the Roman Emperors between the late third century to the early fourth A.D., from redimensioning the concept of *imperium* and differentiation between legitimate emperors and usurpers, as these are described in Latin Panegyrics.

Keywords: Emperor – Usurper – Power – Empire – Romans.

Ao refletirmos sobre o significado do conceito de *imperium* e sua aplicação nos estudos romanos, não o consideramos de forma estanque ou restrita ao período pós-República (pensando na tradicional divisão historiográfica de Monarquia, República e Império/Principado). Durante o próprio contexto da expansão romana e, posteriormente, com a consolidação de um poder centralizado, o significado deste termo sofreu transformações, como atestam, por exemplo, os estudos de Renan Frighetto e John Richardson. Frighetto (2008, p. 148-151), ao conceituar *imperium*, procura afastá-lo da noção de territorialidade, relacionando-o com a expressão *imperia potestas*, entendida como os poderes delegados pelo *populus* e pelo *senatus* romanos aos magistrados

* Doutora em História – Professora Associada II de História Antiga e Medieval do Departamento de História e Programa de Pós-graduação em História – Faculdade de História – UFG – Universidade Federal de Goiás, Campus Samambaia, CEP: 74001-970, Goiânia, Goiás – Brasil. Coordenadora do LEIR-GO – Laboratório de Estudos sobre o Império Romano. Bolsista Produtividade II do CNPq. E-mail: anateresamarquesgoncalves@gmail.com

** Mestre em História pela UFPR – Doutoranda em História – Programa de Pós-Graduação em História – Faculdade de História – UFG – Universidade Federal de Goiás, Campus Samambaia, CEP: 74001-970, Goiânia, Goiás – Brasil. Sob orientação da Profa. Dra. Ana Teresa Marques Gonçalves. E-mail: anapfranchi@yahoo.com.br

republicanos. O *Imperator* seria o detentor deste poder, de mando militar, e aquele melhor preparado para exercer as tarefas de governo em prol de toda a comunidade.

Ainda segundo o autor, esta compreensão sobre o *imperium* sofreu mudanças com a ascensão de Augusto no século I a.C., sendo, primeiramente, associado a um poder específico da figura do *Princeps* que, a partir deste momento, adquiriu uma dimensão mais ampla que a de mando militar, na qual o poder seria confiado ao *Princeps* para realização da defesa em seu sentido amplo, ou seja, tanto em relação aos assuntos internos quanto aos externos.

John Richardson, por sua vez, procurou fazer um mapeamento sobre a ideia que os próprios romanos tinham acerca de seu Império, focando, então, sua análise nos usos dos vocábulos *imperium* e *provincia* em fontes literárias da Antiguidade. O autor considera a questão da linguagem como chave para a compreensão da mudança mental do Império Romano, uma vez que estas expressões adquiriram significados distintos durante o processo de expansão e consolidação da hegemonia romana. Sob esta perspectiva, seria então o contexto que suscitaria a necessidade de criação de novos conceitos ou novos significados para esta expressão. Essencial para o autor é procurar compreender, por meio das fontes que analisa, se os romanos percebiam seu Império enquanto uma unidade territorial e se (ou quando) eles viram a extensão de seu poder em termo de aquisição de controle das massas (RICHARDSON, 2008, p. 8).

Richardson compreende, então, que no período do governo de Otávio Augusto a palavra *imperium* aparece, em geral, como um conceito espacial, ou seja, uma conotação territorial. Mas isso não significa que outros sentidos da palavra *imperium* não pudessem ser mapeados, como a sua utilização fazendo referência ao poder de um magistrado, do povo como um todo, do próprio Estado Romano e também como poder de mando militar. Neste sentido, argumenta que a ideia do Império Romano enquanto entidade territorial é produto do próprio período augustano, fruto da reorganização provincial, no qual o *Princeps*, ao mesmo tempo em que procurava empregar as noções republicanas de magistratura, com o *imperium* como poder militar em representação do Estado, transferia efetivamente para si próprio estas funções militares (RICHARDSON, 2008, p. 145).

Nos Panegíricos latinos, produzidos nos séculos III e IV d.C., é possível observar um amplo número de expressões que se relacionam ao Império. Em algumas ocasiões, os panegiristas utilizam o vocábulo *Imperator* para fazer referência ao soberano homenageado e, também, expressões como *Romani Imperii*, *imperio*,

imperium para expressar tanto um espaço, uma territorialidade, quanto um poder; ou seja, a autoridade daquele soberano em administrar e dirigir aquele espaço (MAMERTINO, 289, II, 5; III, 3; VII, 2).

Assim, exercem em comum esta autoridade sem sombra de rivalidade e não deixou que se elevasse qualquer disputa entre vocês: semelhante a estes gêmeos, a estes Heráclides, que reinavam em Lacedemônia, tens uma parte igual do governo do Estado.

Sic fit uobis tantum imperium sine ulla aemulatione commune sit neque ullum inter uos discrimen esse patiamini, sed plane ut Gemini illi reges Lacedaemones Heraclidae rem publicam pari sorte teneatis. (MAMERTINO, 289, IX, 4).

Um ponto importante que podemos observar nos discursos panegíricos do século III e IV d.C. é que, a partir dos fundamentos do *Dominato*, no qual o poder adquiria uma dimensão sacralizada, este Império territorial transpôs os limites físicos (territoriais) e passou a ser considerado como uma extensão das próprias regiões celestes, como afirmou Mamertino ao longo de seu Panegírico proclamado no ano de 289 d.C.:

Mas vocês, cujo Império não se limita as fronteiras terrestres e se estendem às regiões celestes, ao compartilhar tal poder e tal autoridade como esta, dão provas de uma confiança verdadeiramente divina e imortal que nenhum desejo é capaz de perturbar.

Vos uero, qui imperium non terrae, sed caeli regionibus terminatis, tantam uim, tantam potestatem mutuo orbis impartire diuinae profesto immortalisque fiduciae est, quam cupiditas nulla perturbet. (MAMERTINO, 289, X, 1).

Sobre esta questão em particular, Frighetto (2008, p.153) assevera que, em fins do século II d.C. e durante os séculos III e IV d. C., foi possível perceber mais uma alteração ideológica do conceito Império, pela qual a imagem do *Imperator* adquiriria uma dimensão sacralizada. Isso possivelmente pelo desenvolvimento da *basileia sagrada*, entretanto, é necessário especificar que a concepção de divinização do soberano não pode ser considerada enquanto exclusividade deste recorte temporal, uma vez que poderia ser atribuída ao soberano, pelo Senado, após sua morte, antes do II século d.C. Desta forma, a abordagem de Frighetto procurou evidenciar que no período ocorreu uma associação de valores sagrados ao soberano ainda em vida, em busca de revesti-lo de uma aura intocável.

Os estudos destes dois pesquisadores e a utilização destas expressões pelos panegiristas latinos dos séculos III e IV d.C. permitem que levantemos alguns apontamentos gerais sobre o conceito de *imperium*: ele englobava deste a expansão e anexação de territórios concomitantemente à criação de estruturas (de poder) que possibilitam o controle (ao menos parcial) dos mesmos. Assim sendo, o próprio estudo deste vocábulo é um elemento a mais que permite compreender que as relações entre o poder central no mundo romano e os territórios sob seu controle ou influência efetiva não eram estanques.

Notório, é que desde o início de sua história, os romanos procuraram desenvolver mecanismos que possibilitassem estabelecer uma unidade de gestão e regulamentação da esfera pública. Esses mecanismos foram mantidos ao longo de toda sua história, como exemplo, as instituições administrativas criadas ainda no período monárquico que continuaram a existir por toda a história deste Império. É evidente que as instituições republicanas apresentavam distinções consideráveis se comparadas com as monárquicas, e as instituições do Principado seguiam este mesmo princípio. No entanto, é importante frisar que a forte ligação dos romanos com a tradição, ou seja, o *mos maiorum* fez com que eles nunca abandonassem as antigas instituições, mas sim, reformulassem as mesmas. Novos contextos, principalmente por ocasião do crescimento da cidade, expansão e anexação de novos territórios, ocasionavam que as estruturas de um modelo político-administrativo específico e/ou anterior acabassem apresentando deficiências em seu funcionamento, ou seja, não mais responderiam aos anseios e necessidades do momento vigente.

Ao observar o processo histórico que culminou no *Dominato*, podemos afirmar que os conflitos políticos do final do período republicano foram decisivos para caracterizar as estruturas que sustentavam o governo e a sociedade nos séculos finais do Império Romano, tendo em vista que, ao ascender ao poder, Otávio Augusto teve a preocupação em responder aos anseios daqueles grupos que o apoiavam e em executar uma política de manutenção da tradição e valores republicanos, ou seja, acabou por implementar uma série de reformas que, mesmo sob uma aparência republicana, conduziu as estruturas de poder para uma concentração cada vez mais forte na figura do soberano. Por mais que as regras institucionais republicanas procurassem impedir o abuso de autoridade, as práticas eram calçadas nos costumes e na tradição e isso facilitava a concentração de poderes em determinadas conjunturas históricas (MENDES, 1988, p.31).

Todo este processo evidenciou que a manutenção das relações entre o poder romano e os territórios anexados era um pressuposto para a manutenção da própria unidade imperial. “Para durar, é preciso que a dominação de um grande espaço traga vantagens aos dominados, que dessa forma preferem a unidade imperial à fragmentação em pequenas unidades de poder” (DUVERGER, 2008, p. 30). Logo, desde o início da expansão territorial, as estruturas políticas tinham por objetivo criar mecanismos que permitissem a integração dos habitantes destes novos territórios com Roma, mesmo que fossem utilizados sistemas distintos para organizar as diversas regiões. A base desta relação dava-se pelo estabelecimento de uma política fiscal e participação na sociedade romana, quer seja pela concessão da cidadania plena ou de uma cidadania parcial, quer seja pelo estabelecimento de vínculos como a clientela e o fornecimento de recrutas para as legiões.

A fragilidade desta relação de poder entre Roma e os territórios incorporados ao seu domínio acentuava a necessidade da manutenção das estruturas locais, por isto, este debate é próprio da discussão sobre a existência ou não de uma cultura romana homogênea, imposta aos povos conquistados. Nos estudos historiográficos do final do século XX e início do século XIX sob esta perspectiva, o conceito romanização seduziu diversos pesquisadores. Contudo, para o objetivo deste trabalho, acreditamos ser necessário explorar a relação entre essa discussão sobre a unidade e a diversidade cultural com as relações de poder que estruturavam o *imperium* romano.

Fato é que a conquista militar foi um dos pressupostos do *imperium*, mas também é manifesto que a força por si só não seria capaz de garantir a manutenção dos territórios anexados. Logo, entendemos como imprescindível o desenvolvimento de mecanismos que cumprissem esta função, como é o caso da participação nas magistraturas, das festividades, jogos, construções, monumentos, discursos públicos, etc.

Por mais que os estudos baseados nas perspectivas de diversidade e pluralidade cultural e identitária tenham suas particularidades, em geral, eles se sobrepuseram às discussões historiográficas que defendiam uma missão civilizadora do Império Romano (com política clara de conquista e dominação direta) e uma assimilação da cultura romana de forma voluntária pelos locais. Isto se deve, em grande medida, ao avanço da análise de vestígios materiais, que nos mostram uma interação entre o poder central e as províncias relacionadas às questões práticas do desenvolvimento destas sociedades,

método que também possibilitou o questionamento sobre a própria identidade e a unidade cultural romana.

Andrew Wallace-Hadrill (2008, p.37), por exemplo, é um dos pesquisadores que criticam a visão da identidade romana como algo imutável, defendendo que o ser romano sofria transformações com o decorrer do tempo (tal como foi verificado com o próprio conceito de Império). Nega a existência de uma cultura pura a ser transmitida e propõe uma nova abordagem, a partir do que chama de dialética de apropriação cultural. Nesta perspectiva, a identidade no Império Romano seria formada a partir da cultura compartilhada entre os diversos povos, que, mais que coexistir, dialogava umas com as outras. Neste diálogo, pode-se perceber que, em geral, os romanos rejeitavam os elementos que negavam sua tradição, o *mos maiorum*, mas favoreciam a incorporação de outros elementos que julgassem interessantes, ou seja, suas tradições e seus costumes eram constantemente modificados. Nas palavras de Janet Huskinson (2005, p. 20-25), o contato cultural e as trocas por ele estabelecidas, contribuíam para a construção de um diferente padrão cultural no Império Romano, com a característica marcante da flexibilidade.

A identidade cultural romana era então variada e complexa, mas isso não se apresentava enquanto problema para o homem romano, e, na verdade, pode ser considerado como um dos fundamentos da unidade imperial, já que, se por um lado o conflito era sempre indesejado e evitado, por outro, o compartilhamento de elementos culturais simbolizava a base da relação que integrava os povos provincianos ao império. Um dos elementos marcantes que podemos evidenciar era a presença em diversos territórios daquilo que muitos autores chamam de “multilinguismo”, ou seja, a manutenção da utilização da língua local concomitante, em muitos casos, com a adoção do latim. Wallace-Hadrill (2008, p.7) trabalha com este conceito em busca de extrapolar a ideia amplamente difundida de bilinguismo, que figurava nos estudos sobre o Império Romano considerando-o enquanto um mundo onde se falava apenas o latim e o grego após o período da expansão territorial.

Este valor prático da integração cultural foi percebido em outros tipos de vestígios que nos mostram que a cultura poderia ser vista como um facilitador no processo de promoção da integração local, considerando que o relacionamento de Roma com as províncias era movido por uma ideia de promoção de benefícios, riqueza e poder, e que deveria oferecer vantagens para ambos os lados.

A formação de colônias nos territórios anexados era outro agente importante que garantiria esta relação de integração. Adrian Sherwin-White (1968, p. 82) sublinha que os soldados veteranos recebiam terras nas províncias ao abandonarem suas fileiras, e nelas se organizavam segundo os padrões da municipalidade italiana, logo, seguiam a lei civil romana, falavam latim, aprendiam a literatura grega, construíam teatros, banhos públicos, anfiteatro para jogos, etc. Com isto, verificamos que as colônias exerceram um importante papel no compartilhamento de valores e práticas de Roma. O autor verificou ainda que a partir do século I a.C. essas colônias passaram a ser organizadas em lugares estratégicos pelo poder central, atendendo a este objetivo. Ademais, as municipalidades provinciais eram as unidades básicas do Império Romano, que dependia grandemente do apoio destas elites locais e estas, por sua vez, proviam membros para as magistraturas municipais. Participando do poder local, estes grupos tinham uma dupla função: auxiliavam os romanos a manter a população conquistada sob seu controle, ao mesmo tempo em que garantiriam a continuidade de uma estrutura social pré-existente (SHERWIN-WHITE, 1968, p. 84-95).

Porém, podemos considerar esta relação uma via de mão dupla, uma vez que “[...] o incremento das fundações de colônias, de cidades e a ampliação da rede viária proporcionam o aumento dos efetivos e cargos da máquina administrativa imperial romana” (FRIGHETTO, 2012, p. 39) e isso, além de elevar o volume dos gastos, evidenciava o fortalecimento dos poderes do Príncipe e daqueles que estavam ao seu redor, em detrimento dos poderes senatoriais tradicionais.

Estes apontamentos viabilizam compreender que a relação de integração entre Roma e as províncias tinha na sua finalidade um caráter prático, sendo que o compartilhamento de culturas e, conseqüentemente, de identidades, tinha um duplo propósito: de um lado, os povos anexados, que não buscavam um jeito próprio de tornarem-se romanos, e sim adotavam algumas práticas que os auxiliariam a viverem de forma diferente a partir das mudanças políticas (HINGLEY, 2010, p. 89) e de outro, o poder central que intencionava garantir a integração das regiões periféricas do Império em prol de garantir sua manutenção e unidade, mesmo que dentro de uma diversidade.

É possível compreender que, pelo menos inicialmente, a expansão territorial promovida pelos romanos atendeu a uma questão prática, ou seja, a necessidade de defesa, obtenção de terras, manutenção de pontos comerciais e estratégicos importantes, interesses da aristocracia pelos recursos provinciais, entre outros. Mas este período de conquistas trouxe, para além da glória militar, a obrigação da constituição de elementos

que possibilitassem uma unidade de gestão destas regiões incorporadas, até mesmo porque, com o passar do tempo, Roma começava cada vez mais a depender economicamente das regiões incorporadas. Com a transição da República para o Principado, a falência das estruturas que garantiam a eficiência desta relação fomentou com que parte dos grupos sociais provinciais não conseguisse mais ver uma vantagem na relação que estabeleciam até então com o Império, principalmente em decorrência do enfraquecimento das instituições municipais, que deixaram de impulsionar as carreiras públicas das elites locais (FHIGHETTO, 2008, p. 148).

Neste contexto, a figura do Imperador adquiriu um papel de destaque, pois a manutenção de um amplo Império requeria uma reorganização do poder. Esta inevitavelmente passaria pelo mais novo símbolo do *imperium*, representado pela imagem do soberano. Era o Imperador quem gerenciava o conjunto das formas institucionais, religiosas e ideológicas e, para isso, era necessário que sua autoridade fosse reconhecida dentro de um conjunto de valores culturais compartilhados pelos habitantes do vasto território abrangido pelo Império (REVELL, 2009, p.135). A partir desse momento, o Imperador e o aparato social que o cercava tinham a necessidade de promover uma reformulação das instituições políticas e administrativas, com o intuito de reincorporar esta parcela da sociedade no mundo romano e garantir assim a sua própria posição e a manutenção do Império territorial como um todo.

Ponderando que a *concordia* interna do mundo romano começava a sofrer abalos com este processo de desintegração, nada mais adequado conceber que isso tenha como reflexo uma fragilidade nas regiões fronteiriças. Assim sendo, evidenciou-se durante o século III d.C. e posteriormente no século IV d.C., considerável aumento da pressão nas fronteiras do Império pelos povos fixados fora do *limes*. Esta intensificação das invasões fora então potencializada pela fragilidade das relações entre o poder central romano e as províncias, isto porque esses grupos incorporados ao Império, ou ao menos na posição de aliados, serviam também como uma barreira à migração dos povos bárbaros. Tal situação orientou reforço do papel dos exércitos dentro da política imperial e os generais aparecem, então, com maior relevância, principalmente aqueles que foram vitoriosos em suas campanhas militares.

É indubitável que um dos elementos importantes que auxiliaram na promoção da unidade do mundo romano até essa ocasião havia sido a integração dos diversos grupos bárbaros nos ambientes políticos, sociais e culturais do império, interação que, nas palavras de Frighetto (2012, p. 133), forjara a própria sociedade romana tardia. Todavia,

o que podemos perceber é que a problemática da manutenção das fronteiras estabeleceu uma relação complexa, na qual as incursões bárbaras potencializaram os conflitos internos e estes, por sua vez, viabilizaram a elevação das incursões bárbaras. Era, pois, uma via de mão dupla, o que requeria um esforço efetivo da política imperial para estagnar estes conflitos.

Importante salientar a esta altura, que a estrutura militar romana, como também acontece com quase todas as organizações militares das diversas sociedades antigas e atuais, era frágil em relação aos ataques simultâneos em grande escala, e os governantes procuravam evitar esta situação a todo custo, fazendo largo uso da diplomacia. No mundo romano, a política imperial se baseava em alianças permanentes ou momentâneas com os povos vizinhos, principalmente os germanos, e intentava garantir desta forma, a integridade territorial (GRANT, 2009, p.29-32). Todavia, a fragmentação das redes de relacionamento e a emergência dos conflitos internos, fizeram, ademais, com que as tropas estacionadas nas fronteiras fossem deslocadas para o interior, deixando as regiões fronteiriças menos guarnecidas, o que abriu espaço para as incursões bárbaras (FERRILL, 1989, p.56). A pressão no *limes* romano em pontos distintos já era evidente desde o final do século II d.C., quando os germanos que viviam junto à fronteira começaram a coordenar suas atividades em confederações e coligações mais amplas (GRANT, 2009, p. 16) e as campanhas militares tiveram, então, que ocorrer simultaneamente em diversas frentes, tornando-se tão significativas para a política imperial que foi possível perceber o predomínio desta temática em boa parte das fontes do período.

Em seu mais recente livro, Frighetto (2012) fez um interessante compêndio sobre estas incursões bárbaras ao discorrer sobre as principais características dos governos dos Imperadores romanos, desde Trajano até Teodósio. Em relação aos conflitos ocorridos entre os romanos e os povos ao redor do *limes*, no final do século II d.C., de um modo geral, é possível salientar a pressão dos partos nos territórios próximos ao reino autônomo da Armênia e Mesopotâmia; distúrbios diversos em áreas limites da Bretanha, Germânia Superior e ao longo da linha do Danúbio; pressão dos Quados e Marcomanos nas Províncias da Panônia e Dácia; avanço dos berberes Mauri sobre a Mauritânia Tingitânia e Hispania (FRIGHETTO, 2012, p.37-54). Já em relação aos conflitos ocorridos no século III d.C., igualmente de forma ampla, podemos afirmar que as hostilidades do século anterior se acirraram e, somamos a elas, a incursão dos Alamanos sobre a Gália; a ofensiva persa sassânida; o avanço dos Godos, Carpos e

Vândalos sobre a Península Balcânica; Francos e Saxões nos limites do Reno (FRIGHETTO, 2012, p. 54-91).

O próprio orador anônimo do *Panegírico de Constâncio César* procurou dedicar parte de seu discurso para estes acontecimentos. Na verdade, o panegirista ao ser impelido a discorrer sobre o assunto, faz um esforço em abordá-lo sem comprometer a eficácia da política imperial vigente e, sendo assim, pretendeu demonstrar que as rupturas de diversas províncias com o Império Romano aconteceram por um descuido da administração e que isso não obscureceria a glória do Império, pois os atuais Imperadores estavam promovendo uma obra restauradora que recuperaria todo o mundo:

Menos indigna tinha sido, por mais triste que fora, sob o principado de Galieno, a ruptura destas províncias coma luz de Roma. Naquela ocasião, seja por descuido da administração, ou seja, por um declínio de nosso destino, o império estava mutilado em quase todos seus membros: então o Parto endireitou a cabeça orgulhosa e o rei da Palmira acreditou-se igual a nós; o Egito inteiro e as províncias da Síria haviam desertado, a Rétia estava perdida e a Nórca e as Panônias devastadas. A própria Itália, senhora de todos os povos, chorava as ruínas se nome sobre suas cidades, e não sentia menos dor na perda de uma província quando estava privada de quase todas. Mas agora, quando vosso valor não apenas recuperou em todo mundo as regiões que haviam sido romanas, mas também submeteu aquelas que nos eram hostis, considerando que a Alamânia havia sido por tantas vezes pisoteada, os sármatas sempre acorrentados, os iutungos, quados e carpos destruídos tantas vezes, quando os godos se humilhavam pedindo a paz, e o rei da Pérsia, para consegui-la, reunia os presentes para articula-los, nossa alma estava marcada – neste momento por fim confessamos – por este afronta infligida apenas a um império, o que nos parecia mais intolerável quando era a única coisa que fazia obstáculo a nossa glória.

Minus indignum fuerat sub príncipe Gallieno quamuis triste harum provuinciarum a Romana luce discidium. Tunc enim siue incúria rerum siue quadam inclinatione factorum omnibus fere membris erat truncata res publica: tunc se nimium et Parthus extulerat et Palmyrenus aequauerat, tota Aegyptus, Syriae defecerant, amissa Raetia, Noricum Pannoniaque uastatae, Italia ipsa gentium domina plurimarum urbium suarum excedia maerebat; nom erat tantum doloris in singulis, cum paene omnibus caretur. Nunc euro ntoto orbe terrarum non modo qua Romanus fuerat uirtutr uestra recepto, sed etiam qua hostilis edomito, cum totens proculcata esset Alamannia, totens profligati, summittente se Gotho pace poscenda, suplicante per munera rege Persarum, urebat ânimos (quod nunc denique confitemur) una illa tanti imperii contumelia eoque nobis intolerabilio uidebatur quod gloriae sola estabat (An. Paneg, 297, X).

Não é possível afirmar que o fechamento do recorte historiográfico da Anarquia Militar indicou o término do conflito entre o Império Romano e estes povos. Na realidade, as campanhas militares continuaram a existir em número elevado após a ascensão de Diocleciano ao poder em 284 d.C., sendo inclusive objeto de atenção dos panegiristas latinos do século III d.C. que procuraram utilizá-las para celebrar e conceder honra e glórias militares aos Imperadores homenageados em seus discursos. Os sucessos dos governantes nestas campanhas, bem como nas campanhas contra os usurpadores do poder, eram uma das prerrogativas utilizadas pelo poder imperial para caracterizar o soberano legítimo e, por isso, ocupavam obrigatoriamente uma parte considerável do discurso panegirístico.

Nos discursos de autoria de Mamertino, pronunciados nos anos de 289 e 291 d.C., a justificativa da divisão do poder imperial entre Diocleciano e Maximiano possibilitou que fossem abordados pelos oradores os diversos problemas que o mundo romano atravessava no período referente principalmente à manutenção das fronteiras. Neste sentido, Mamertino procurou descrever nos dois Panegíricos de sua lavra as principais campanhas que o Imperador Maximiano empreendeu: o apaziguamento do levante bagauda, a defesa da Gália contra a invasão germânica e a dissidência de Caráusio¹. Como o orador não poderia homenagear Maximiano sem referenciar o Augusto sênior Diocleciano (que havia lhe concedido parte do poder imperial e estabelecido com isso uma relação de fidelidade entre ambos), Mamertino também faz uma pequena menção às campanhas contra os sármatas (289 d.C.) e os sarracenos (290 d.C.) promovidas pelo último.

A Gália era um dos territórios imperiais que sofria em demasia com as incursões bárbaras e, mesmo com conflitos internos, como foi o caso das dissidências que deram origem à formação do Império Gálico (206-274 d.C.)² e a usurpação de Caráusio. Mamertino, empenhou-se em retratar a supremacia de Maximiano frente aos diversos povos bárbaros que ameaçavam as fronteiras desta região, mas que não conseguiam transpassá-las. Assim, logo após abordar rapidamente a vitória sobre os bagaudas, discorre:

Mas o que se verificou? Mal apaziguou este lamentável acesso de fúria, quando todas as nações bárbaras ameaçavam a Gália inteira com destruição, quando, não apenas os burgúndios e alamanos, mas também os chaibones e hérulos, os mais temíveis entre os bárbaros e os mais distantes de nós, se lançaram impetuosamente sobre nossas

províncias, que deus teria feito uma salvação tão inesperada se você não estivesse lá?

Quid uero? Statim, uixdum misero illo furore sopito, cum omnes barbarae nationes excidium uniuersae Galiae minarentur neque solum Burgundiones et Alamanni, sed etiam Chaibones Erulique, uiribus primi barbarorum, locis ultimi, praecipiti impetu in has priuicias irruissent, quis deus tam insperratam salutem nobis attulisset, nisi tu asfuisses? (MAMERTINO, 289, IV, 1).

Interessante destacar, que Mamertino, na continuidade da descrição desta campanha militar de Maximiano, procurou enfatizar o uso da diplomacia e da clemência do Imperador, já que ele não partiu para o enfrentamento direto com todos estes povos, principalmente por se valer do argumento de que a violência da guerra traria danos por si só para estes inimigos, como a fome e, posteriormente, as epidemias que normalmente acometiam a população nestas circunstâncias (MAMERTINO, 289, V, 2).

No mais, esta era igualmente uma característica dos oradores dos demais Panegíricos produzidos nos séculos III e IV d.C. A utilização da força militar sempre era apresentada como um recurso ao qual o Imperador inevitavelmente teve que recorrer, como um último recurso, já que sua prudência, sabedoria e outras virtudes que possuía, sempre o conduziam para a mediação dos conflitos. Isso fica evidente de igual modo no discurso pronunciado no ano de 297 d.C. em homenagem ao Imperador Constâncio e nos Panegíricos que louvam seu filho Constantino (307,310, 312, 313, 321 d.C.).

Precisamos reforçar que, neste contexto imediato às guerras civis, no qual as usurpações persistiam e eram um dos principais impedimentos para o estabelecimento de uma unidade imperial, fazia-se necessário que os oradores estabelecessem as glórias militares como mais um dentre os diversos componentes no processo de construção da imagem dos bons Imperadores, não se sobrepondo de forma alguma às demais virtudes que caracterizariam o soberano.

Talvez esta tenha sido a motivação de Mamertino em seus dois Panegíricos em homenagem a Maximiano e do orador do Panegírico de 297 d.C. em homenagem a Constâncio Cloro, ao abordar as vitórias militares que, além de conduzirem a glória, também traziam a salvação, a libertação e até a proteção dos povos pelo Império Romano. Isso permitia que, ao mesmo tempo em que celebravam a vitória militar, comemoravam a capacidade política e administrativa do governante em levar a prosperidade para as regiões que se associassem ao Império: “Assim, esta região que

tuas campanhas divinas, César, liberaram e limpam dos bárbaros [...]”³ (AN. PANEG, 297, VIII, 1).

Assim, louvando a imagem do soberano homenageado, conclamavam também a grandiosidade do próprio Império, promovendo uma ideia de unidade:

O que hei de fazer, César? Perdoe-me se eu demorar; perdoe-me se eu for rápido demais; quantas proezas deixei à sombra, proezas realizadas por seu valor, no tempo que preparava a expedição da Bretanha, apenas por ter pressa em chegar o mais rápido possível a esta brilhante vitória que finalmente libertou todo o império em sua extensão.

Quid faciam, Caesar? Ignosce, si moror; ignosce, si propero: multa enim illius temporis, quo transitus in Britanniam parabatur, admirabilia uirtutum tuarum facta praetereo, dum festino cupidus ad singularem illam uictoriam, qua uniersa res publica tandem est uindicata. (An. Paneg, 297, IX, 5)

Assim, sua vitória não apenas libertou a Bretanha da servidão, mas devolveu a segurança de todas as nações, aquelas que o uso do mar podia trazer, durante a guerra, tantos riscos como os benefícios que o proporciona em tempos de paz.

Itaque hac uictoria uestra non Britannia solum seruitute est liberata, sed omnibus nationibus securitas restituta quae marítimo usu tatum in bello adire periculi poterant quantum in pace commodi consequuntur (An. Paneg, 297, XVIII, 4).

A contrapartida era que todas estas campanhas e ofensivas militares, incontestavelmente, eram acompanhadas de custos ímpares para os cofres imperiais, o que recaía inevitavelmente em alto custo para a população civil (GRANT, 2009, p. 16). Para Michael Grant (2009, p. 59), o século III d.C. assistiu ao colapso de quase toda sua estrutura política ao ser assolado por inúmeras guerras civis e guerras contra inimigos externos e afirma que se esta crise foi superada pelo esforço militar. No entanto, o preço desta manutenção e recuperação foi enorme, o que ocasionou num aumento permanente nos impostos e uma intensificação das numerosas espécies de pressão necessária para entesourar.

Se analisarmos o contexto geral, podemos perceber que a forte pressão nas fronteiras, a instituição de poderes paralelos e a perda de algumas províncias também ocasionaram uma dificuldade econômica decorrente da diminuição da oferta no número de escravos e fornecimento de alguns produtos, até mesmo se for ponderado que os constantes conflitos ocasionaram um importante deslocamento da mão de obra, já que

muitos trabalhadores passavam a compor as legiões. Ainda, esta situação conduzia a um agravamento da inflação no Império Romano, justificada por pesquisadores da área a partir da questão da desvalorização das moedas, que não tinham a cunhagem fiável e, com o passar do tempo, o desenvolvimento da inflação foi agravado pelo aumento do valor facial das moedas e, também, pela emissão cada vez mais numerosa por parte do governo (GRANT, 2009, p.59-61).

Pudemos perceber, então, que a problemática da legitimação do poder imperial era primordial para a configuração e manutenção do Império neste período e, a abundância de guerras civis que objetivavam a ascensão ao poder de inúmeros personagens, traduziu a potencialidade das legiões ao externar que seu apoio direto ou indireto ao Príncipe manifestava, também, esta relação das vitórias militares com a estabilidade do soberano e a preservação no poder (FRIGHETTO, 2012, p. 39). Sentimos a necessidade de retomar nossa argumentação: a força militar não era garantia de permanência no poder. Mas, ao partir dessa premissa não estamos ignorando de forma alguma a participação das legiões no processo de legitimação do soberano, apenas procuramos demonstrá-la enquanto mais um dos componentes deste jogo. Não é a toa que, neste contexto, muitos generais tentaram, e na grande maioria das vezes, conseguiram usurpar o poder imperial.

Desde o período republicano, o Senado havia representado o papel de regulamentador da política do Estado, buscando afastar seu funcionamento de uma administração de caráter pessoal e monárquica. Cícero entendia a *Res Publica* como um governo norteado pelos interesses comuns e o direito advindo de um consenso (Cic., I, 39, apud: PEREIRA, 2002, p. 373-379) que, na prática, se consolidaria por meio do Senado. O Senado republicano poderia ser considerado uma instituição aristocrática, que promovia a manutenção dos valores e entendia que o governo deveria estar sob a direção dos mais preparados e educados para este fim, portanto, o responsável não apenas pelo bom funcionamento da política romana, como também pela negação de uma administração pessoal e monárquica, ou seja, centralizada (POHLMANN; PINTO, 2008, p. 171).

O Senado era o responsável por conduzir a política republicana e, posteriormente, a política imperial. A esta instituição, coube a concessão do título de *Princeps* para aquele que julgava ser o primeiro cidadão, ou seja, o mais importante entre os romanos, em circunstâncias de instabilidade. A força deste título no cenário político apareceu ainda com Pompeu, que foi considerado *princeps senatus*, mas que na

teoria, continuava a ser portador do mesmo nível de importância que os demais representantes senatoriais (FRIGHETTO, 2012, p. 36).

É possível considerar o governo de Otávio Augusto como o marco para a transmutação da condição do *Princeps* enquanto o primeiro entre os senadores para o detentor de um poder amplo e personalizado. Característica que foi potencializada com a prática recorrente da nomeação dos Imperadores subsequentes pela aclamação imperial por intermédio das tropas, que cada vez mais tendiam para um “desvio da lealdade militar para fora do Estado, que era canalizada para os generais vitoriosos, que podiam garantir as pilhagens de seus soldados ou os donativos por seu poder pessoal” (ANDERSON, 2007, p. 65). Para a aristocracia senatorial, a indicação do sucessor do Imperador através da indicação do melhor homem, o mais virtuoso e apto a governar, simbolizava que, mesmo existindo a figura de um soberano, o controle político ainda era exercido por ela. Ao contrário, o estabelecimento da sucessão pela aclamação militar tendia cada vez mais para que o poder adquirisse uma característica de hereditariedade, já que os vínculos pessoais estabelecidos pelos legionários e generais permitia que a confiança no pai fosse transposta ao filho ou parente próximo.

Entre os anos de 235 a 284 d.C., nos quais a aclamação militar é uma constante, não é possível afirmar que o Senado era praticamente inexistente ou sem qualquer influência. Percebemos pelas fontes e pelos trabalhos sobre o período uma constante disputa e negociação entre o Senado e as tropas sendo que o Imperador aclamado pelas legiões procurava, logo após a subida ao poder, o reconhecimento desta instituição e, em contrapartida, o Imperador escolhido pelo Senado buscava conseguir o apoio das legiões que lhe serviam. Isto porque a necessidade da legitimação no poder, ou seja, afastar de si a imagem de um usurpador, exigia que os Imperadores não negligenciassem a utilização de artifícios múltiplos, quiçá as instituições tradicionais do Império.

Sendo assim, o *imperium* estaria consolidado na figura do *Imperator/Princeps* e a ordem senatorial continuaria a existir e ter prestígio reconhecido na sociedade romana, todavia, sua principal missão se convertia em um aconselhamento ao *Imperator* para que este indivíduo governasse conforme virtuosos princípios, garantindo assim, a manutenção do Império territorial (POHLMANN; PINTO, 2008, p. 173-176). Esta variação na natureza do Senado também pode ser associada à incorporação das elites provinciais, uma vez que, pelo processo de integração, verificou-se um aumento considerável de seus membros, incidindo na dependência de uma colaboração direta do

Imperador com os novos membros. Sobre esta questão, podemos observar o exemplo narrado por Nazário, no *Panegírico de Constantino Augusto*, proclamado no ano de 321 d.C.:

Tu tens sentido, Roma, que tu eras a cabeça de todas as nações e a rainha do mundo, quando vinculou a sua cúria todos os cidadãos mais nobres de todas as províncias.

Sesiste, Roma, tandem arcem te omnibus prouinciis optimates uiros curiae tuae pignerareris, ut senatus dignitas non nomine quam re esset illustrior, cum ex totius orbis flore constaret (NAZARIO, 312, XXXV, 2).

O interessante é que esta relação sobre a escolha dos soberanos evidencia a problemática da sucessão imperial na medida em que muitos dos conflitos eclodidos durante o século III d.C. estavam pautados pela ausência de uma regra automática de ascensão ao poder. Decorria disto, que a cada mudança de governo ressurgia o risco de uma guerra civil (VEYNE, 2009, p. 2), reforçando a ideia de que a transmissão do poder era um antigo problema, já que as crises sucessórias poderiam conduzir a situações que colocariam em risco a manutenção do equilíbrio social, político e econômico no Império Romano (GONÇALVES, 2006, p.3).

Seguindo o ideal do mais apto para governar, o princípio da adoção de um sucessor pelo Imperador era, então, a garantia de que o comando do Império continuaria em boas mãos, pois este modelo, acompanhado e apoiado diretamente pelo Senado, possibilitava educar e orientar aquele que já apresentava as melhores virtudes e a melhor competência para exercer o comando do Império. Nítido era que esta orientação na escolha do sucessor também reforçava, como destacado anteriormente, a oportunidade da manutenção e controle da política imperial pelo Senado, uma vez que a constituição de dinastias hereditárias, que restringiriam este poder ao âmbito de uma só família, representava, de forma cada vez mais efetiva, a administração de caráter pessoal e monárquica característica do sistema político-ideológico do *Dominato*.

Este conflito entre escolha do sucessor pela eleição do melhor homem ou pelo vínculo familiar se fez presente em momentos distintos da história do Império Romano e, desde o início do Principado, é possível identificar que a indicação de seus sucessores transitava entre estes dois princípios, *adoptio* e hereditariedade, sem estabelecer uma prática contínua. Aqueles que legitimavam sua escolha pela adoção, enfatizavam seu vínculo com a tradição romana. Entretanto, o que ocorria, era que muitas vezes a adoção

do sucessor era praticada no âmbito da família do próprio Imperador, o que na prática conduzia para o vínculo dinástico da transmissão do poder.

Todas estas motivações fizeram com que as continuadas disputas imperiais fossem sempre associadas ao constante processo de legitimação no poder por parte dos Imperadores recém-aclamados pelos legionários ou recém-nomeados pelo Senado. As fontes em sua maioria fazem referência àqueles que conseguiram vencer as disputas e se consolidar no poder, pelo menos por um considerável período, por isso, podemos citar como uma amostra deste tipo de argumentação de sucessão e associação ao poder os primeiros capítulos do *Panegírico de Constâncio César*. Neste trecho, o orador afirma que nada seria mais justo do que aquele que havia assegurado o fim das dissidências na região da Gália e da Bretanha, que havia restaurado as fronteiras e assegurado a prosperidade do Império, fosse associado paternalmente como um filho adotivo (NA. PANEG. 297, III, 3), justificando assim, a adoção de Constâncio Cloro por Maximiano.

O processo de legitimação no poder era, então, fundamentado pela caracterização dos opositores enquanto usurpadores. Estes seriam aqueles aspirantes ao poder que gozavam da ilegitimidade, ou por uma característica negativa inerente ao seu caráter, ou pela forma de ascensão e, até mesmo, pela incapacidade de administrar todo o Império. Consequentemente, a adoção e a hereditariedade se encontravam intrinsecamente ligadas aos processos de usurpações do poder que ocorreram no decorrer do século III d.C., o que conduz nossa abordagem à discussão acerca do conceito de usurpação.

Maria Victoria Escribano (1990, p. 250) assevera que *usurpare* comporta uma significação genérica que se relaciona ao “fazer algo seu / próprio pelo uso”, bem como no sentido de “usar, praticar”. Com o passar do tempo, a autora verificou que um sentido pejorativo foi incorporado ao conceito, o que permitiu que seu significado fosse associado à “ação de servir-se, usar ou apoderar-se de algo sem direito”. Sob esta perspectiva, quem chegasse ao poder de forma considerada ilegítima poderia ser chamado de usurpador. É possível identificar esta visão depreciativa associada ao conceito usurpar na perspectiva de análise de Gilvan Ventura da Silva (1996, p. 91), uma vez que o autor entende o estabelecimento de uma simetria entre a maneira pela qual se obteve o poder e as consequências de seu uso em alguns documentos que analisa. Isto é, um usurpador, por ter chegado ao poder de forma ilegítima no contexto em que está inserido, teria chances maiores de realizar um mau governo ao ser comparado a um soberano legítimo.

Não é possível, no entanto, deixar de problematizar a questão da legitimidade e da ilegitimidade das ações. Estes dois conceitos só podem ser definidos com relação às partes em disputa. Por isso, Silva (1996, p.135) discorre que as disputas pelo poder imperial no século III d.C. devem ser associadas à ilegitimidade pelo fato de o aspirante ao poder, ou não obter êxito em seus propósitos, ou então não ter conseguido se manter no poder conquistado. De modo que podemos entender que este aspirante não contestava a estrutura da política imperial e a concentração de poder que se consolidava com o estabelecimento dos fundamentos do *Dominato*, mas pelo fato de que se encontrava insatisfeito com o padrão de distribuição da autoridade, pelo qual se sentia desprestigiado ou privado de algo que, por direito, dever-lhe-ia pertencer (SILVA, 1996, p.34).

Isto justifica a prática da política imperial em estabelecer uma dicotomia entre os soberanos legítimos e os ilegítimos em seus documentos e celebrações oficiais, afastando assim a imagem do soberano vigente dos demais usurpadores. Dessa forma, era comum, a formação de alianças políticas que pudessem garantir o reconhecimento do soberano no poder pelos demais setores da sociedade, no sentido de também assegurar sua manutenção nesta posição. Por isso, a resolução para os problemas sucessórios do poder imperial caminhava lado a lado com o processo de formação de alianças políticas e a busca incessante pelo reconhecimento (legitimidade) do poder conquistado. Caber reforçar que estas alianças não eram estanques e se alteravam de acordo com a pretensão de seus associados em dado contexto. Quando isto acontecia, novos argumentos, ou mesmo a redefinição de argumentos já conhecidos, eram utilizados para não permitir que fosse alegada a ilegitimidade daquele soberano.

O abalo da autoridade imperial potencializado pelas usurpações colaborou para um desenvolvimento mais enfático em relação à transformação na forma de se conceber teoricamente o poder, estabelecendo a necessidade constante de se consolidar uma política imperial forte que pudesse assegurar a manutenção do próprio Império Romano. Para Arther Ferrill:

A defesa de “fronteiras remotas” parece muito menos importante aos Imperadores da Caserna do que a proteção do regime imperial. Na tragédia deste período, o ideal de um império unido permaneceu forte, mas a realidade de um círculo de civilização fraturado, por vezes indefeso ao redor do mediterrâneo passou muito nas mentes (FERRILL, 1989. p. 33).

Ao desenvolver o elogio a Maximiano no Panegírico pronunciado em 291 d.C. por ocasião da celebração do aniversário de associação ao poder, Mamertino deixa transparecer que a preocupação de seus contemporâneos, bem como as suas, tinha como objetivo primeiro garantir a unidade de poder no interior do Império, para, assim fortalecido, enfrentar o perigo bárbaro do exterior (SAMARANCH, 1969, p. 1153). Interessante sublinhar, é que, mesmo que esta preocupação dos panegiristas fique evidente ao longo dos discursos, eles mantêm o cuidado em não expressar a interferência negativa que as intensas disputas imperiais operavam no mundo romano entre os anos de 235 e 284 d.C. O que enfatizam, em inúmeras ocasiões, era que o soberano homenageado era representante legítimo dos romanos e a menção aos aspirantes ao poder imperial que não obtiveram êxito⁴, era apenas recurso retórico utilizado para reforçar esta questão.

Sob esta perspectiva, o trabalho de Louise Revell (2009) acerca do Imperador Romano parece-nos bastante elucidativo, uma vez que tem como objetivo discorrer sobre a forma com que o poder do *Princeps* era percebido diante da diversidade de contextos das províncias, que, assim como a relação de integração entre Roma e as províncias não se dava de forma homogênea, mas tinha como objetivo tornar a figura do Imperador reconhecível enquanto aquele que é o detentor da autoridade. Para a autora, mesmo que a figura do Imperador fosse remota e distante da maioria dos habitantes do Império, sua autoridade política e suas regras se estenderiam por todo o território do Império, do centro do sistema administrativo até os valores culturais (REVELL, 2009, p. 80). Desta forma, a autora acredita que a estrutura do relacionamento entre o Imperador e a sociedade romana servia também para mistificar o poder do mesmo, visto então como natural e incontestável, propriedades que identificamos como características intrínsecas da política do *Dominato*.

Por isso, no decorrer do século III d.C. e do século IV d.C. são perceptíveis a constituição de diversos instrumentos utilizados pelo soberano em prol da consolidação de seu poder. O governo de Otávio Augusto durante o Principado é sempre uma referência, pois, embora este procurasse a manutenção de uma aparência republicana, durante o período em que esteve à frente do Império empreendeu uma série de reformas que transitavam, desde a reestruturação topográfica e arquitetônica da cidade de Roma, até a ressignificação de rituais e práticas públicas. Para Geoffrey S. Sumi (2005, p.134), a concentração de poder nas mãos do soberano estava ancorada na natureza do cerimonial do exercício do poder político, sendo que todas as ações do *Princeps* se

constituíam em uma grande prática performática, levando-nos a compreender que o reconhecimento deste poder estaria fundamentado por sua *auctoritas*. Peter Burke (1994, p. 53 e 77) também evidencia os rituais enquanto portadores de mensagens políticas e reforça que, tanto esta prática, quanto a arte e arquitetura podem ser vistas como instrumentos de autoafirmação, ou seja, podem ser considerados até mesmo como uma continuação da política militar e da diplomacia.

Interessante é a abordagem de Mamertino em seu *Discurso de aniversário em honra de Maximiano Augusto* sobre a relação dos habitantes de Milão com a presença do Imperador e, também, com o ritual que foi preparado para recebê-lo. Este encontro realizado em princípios do ano de 291 ficou conhecido como “Conferência de Milão”. Essa conferência seria uma espécie de segunda edição da reunião realizada pelos dois Imperadores no ano de 288, no entanto, ao invés de um encontro breve, em um acampamento para troca de impressões, esta reunião entre os Imperadores teve como sede, não as cercanias, mas o centro de uma importante cidade do Império, com duração de vários dias, o que acarretou que ela fosse organizada com todos os rigores de uma celebração pública (GALLETIER, 1949, p.42). No capítulo X deste Panegírico, o orador discorre sobre o espetáculo que foi a presença não só de Maximiano, mas também de Diocleciano em Milão, ainda mais pela piedade dos dois Imperadores ao permitir que os habitantes desta cidade pudessem adorá-los: eles, Imperadores sagrados, que haviam surpreendido com a inesperada presença da “dupla divindade” quando a cidade se preparava para receber uma só, no caso, acredita-se que era Maximiano:

Que momentos aqueles deuses bondosos! Que espetáculo ofereceu vossa piedade quando, do vosso palácio de Milão, apareceis os dois aos que haviam sido admitidos adorar vossos sagrados rostos e quando a presença inesperada de vossa dupla divindade desconcertou os homens que de ordinário se dirigiam a uma só.

Quid illud, di boni! Quale pietas uestra spectaculum dedit, cum in Mediolanensi platio admissis qui sacros uultus adoraturi erant conspecti estis ambo et consuetudinem simplicis uerationis geminato numine repente turbastis! (MAMERTINO, 291, XI, 1).

Em continuidade, Mamertino, ao discorrer sobre o protocolo de recepção dos Imperadores, também procurou assinalar a concórdia que existia entre os dois soberanos. Por isso, na emoção de receber os dois governantes, todos os protocolos foram realizados e causaram torpor naqueles que foram favorecidos por poder estar

próximo ao Imperador. Com isso, o orador deu detalhes sobre a saída dos Imperadores do Palácio para dar início à aparição pública para toda cidade, numa espécie de cortejo:

Mas quando passaram os limites do Palácio, avançaram os dois sobre o mesmo carro por meio da cidade, até mesmo as casas, me disseram, estiveram a ponto de mover-se, enquanto que todo o mundo, homens e mulheres, crianças e idosos, se precipitaram na rua pelas portas ou se inclinaram sobre suas janelas dos andares superiores. Todos gritaram de alegria, doravante, sem medo de vós, e ostensivamente lhes acenavam com as mãos: “Vê Diocleciano? Vê Maximiano? Aí estão os dois, estão juntos. Como estão sentados próximos um do outro! Com que cordialidade conversam! Como passam rapidamente!”.

Vt uero limine egressi per mediam urbem simul uehebamini, tecta ipsa se, ut áudio, paene commouerunt, omnibus uiris feminis, paruulis senibus aut per fores in publicum proruentibus aut per superiora aedium lumina imminentibus. Clamare omnes prae gaudio, iam sine metu uestri et palam manu demonstrare: “ Vides Diocletianum? Maximianum uides? Ambo sunt, pariter sunt! Quam iunctim sedent! Quam concorditer colloquuntur! Quam cito transeunte!” (MAMERTINO, 291, XI, 3-5)

Por certo que esta característica ritualística do poder imperial simboliza, então, um dos suportes da reestruturação teórica e ideológica acerca do poder e da legitimidade do soberano. Mas outras frentes eram necessárias para que este sistema político se estabelecesse de forma efetiva e, um dos setores que recebeu grande atenção dos Imperadores e do grupo burocrático que o circundava, foi o campo da comunicação, essencialmente a produção literária oficial do Império, com um caráter enfático em relação à propaganda da política imperial e à promoção dos fundamentos do *Dominato*.

Portanto, pela análise dos Panegíricos, que aqui empreendemos, podemos perceber que o significado do conceito de *imperium* variou bastante ao longo do tempo e no espaço, integrado ao estudo dos poderes exercidos pelos Príncipes na passagem do III para o IV século d.C. A distância entre governantes legítimos e usurpadores era curta e mal definida e todos procuraram obter apoio de membros do Senado, dos provinciais e dos legionários. Sem este apoio, a ascensão ao poder imperial era feita de forma frágil e a manutenção no cargo de Imperador não se sustentava por muito tempo. Assim, pelos Panegíricos, podemos notar como os poderes imperiais foram se redefinindo de acordo com as necessidades impostas pela tentativa de manter o Império territorial sob a égide dos romanos.

Referências Bibliográficas

- ANDERSON, Perry. *Passagens da Antiguidade ao Feudalismo*. São Paulo: Brasiliense, 2007.
- BURKE, Peter. *A Fabricação do Rei: a construção da imagem pública de Luís XIV*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- ESCRIBANO, Maria Victoria. Usurpación y religión en el s.IV D. de C.: paganismo, cristianismo y legitimación política. In: BLANCO, A. G. *Antigüedad y Cristianismo: monografías históricas sobre la antigüedad tardía*. Murcia: Universidade de Murcia, 1990. p. 247-272.
- FERRILL, Arther. *A Queda do Império Romano: a explicação militar*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989.
- FRIGHETTO, Renan. *Imperium et orbis: conceitos e definições com base nas fontes tardo-antigas ocidentais (séculos IV-VII)*. In: DORÉ, Andréa; LIMA, Luis Filipe S.; SILVA, Luiz Geraldo (org). *Facetas do Império na História*. São Paulo: Hucitec, 2008. p. 147-162.
- _____. *Antiguidade Tardia: Roma e as Monarquias Romano-Bárbaras numa época de transformações – séculos II-VIII*. Curitiba: Juruá, 2012.
- GALLETIER, Édouard. Introduction. *Panegyriques Latins*, Paris: Les Belles Lettres, t. I, p. VII-LXXII, 1949.
- GONÇALVES, Ana Teresa M. Os Severos e a Anarquia Militar. In: SILVA, Gilvan Ventura da; MENDES, Norma Musco *Repensando o Império Romano: perspectivas socioeconômicas, política e cultural*. Rio de Janeiro e Vitória: Maud / EDUFES, 2006. p. 101-185.
- GRANT, Michael. *A Queda do Império Romano*. Lisboa: Presença, 2009.
- HERRERO LLORENTE, Victor-Jose. Introduccion General. In: *Biografos y Panegiristas Latinos*. Madrid: Aguilar, 1969. p. 09-28.
- HIDALGO DE LA VEGA, M. J. *El Intelectual, la Realeza y el Poder Político en el Império Romano*. Salamanca: Universidad de Salamanca, 1995.
- HINGLEY, Richard. Diversidade e Unidade Culturais: Império e Roma. In: _____. *O Imperialismo Romano: novas perspectivas a partir da Bretanha*. São Paulo: Annablume, 2010. p. 67-103.
- HUSKINSON, Janet. Looking for culture, identity and Power. In: _____. (ed.). *Experiencing Rome: Culture, identity and power in the Roman Empire*. London: Routledge, 2005. p. 03-27.
- MENDES, Norma Musco. *Roma Republicana*. São Paulo: Ática, 1988.
- Panegyriques Latins*. Trad. Édouard Galletier. Paris: Les Belles Lettres, 1949. T. I.
- Panegyriques Latins*. Trad. Édouard Galletier. Paris: Les Belles Lettres, 1952. T. II.
- PEREIRA, Maria Helena da Rocha. Idéias Morais e Políticas dos Romanos. *Estudos de História da Cultura Clássica*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, v.2, p.25-69, 2002.
- POHLMANN, Janira Feliciano; PINTO, Otávio Luiz Vieira. *Senatus et ecclesia: a translação da auctoritas entre uma aristocracia senatorial e uma aristocracia episcopal*. *Revista Vernáculo*, Curitiba, n. 21 e 22, p. 170-183, 2008.
- REVELL, Louise. The Roman Emperor. In: _____. *Roman Imperialism and Local Identities*. New York: Cambridge University Press, 2009. p. 80-109.
- RICHARDSON, John. Ideas of Empire. In: _____. *Language of Empire*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008, p. 1-9; p. 117-145; p. 146-181.

RODRIGUEZ GERVÁS, Manuel J. *Propaganda Política y Opinión Pública en los Panegíricos Latinos del Bajo Império*. Salamanca: Universidade de Salamanca, 1991.

SAMARANCH, Francisco de P. Panegiristas. In: *Biografos y Panegiristas Latinos*. Madrid: Aguilar, 1969. p. 1137-1357.

SHERWIN-WHITE, Adrian Nicholas. O Imperialismo Romano. In: BALDSON, John Percy Vyvian Dacre. (org.). *O Mundo Romano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968. p. 80-102.

SILVA, Gilvan Ventura da. Interesses Subjacentes e Interesses manifestos no Contexto das Usurpações Romanas (284-395 d.C.). *Phoênix*, Rio de Janeiro, v. 2, p. 91-100, 1996.

_____. *Reis, Santos e Feiticeiros: Constâncio II e os fundamentos místicos da basílica 337-361*. Vitória: Edufes, 2003.

_____; MENDES, Norma Musco. *Repensando o Império Romano: perspectivas socioeconômicas, política e cultural*. Rio de Janeiro e Vitória: Maud / EDUFES, 2006.

SUMI, Geoffrey S. The *Princeps* as Performer – Creating Court Ceremony. In: _____. *Cerimony and Power p Performing Politics in Rome between Republic and Empire*. Michigan: University of Michigan Press, 2005. p. 220-262.

VEYNE, Paul. O que era um Imperador Romano? In: _____. *O Império Greco-Romano*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. p. 1-34.

WALLACE-HADRILL, Andrew. Culture, Identity and Power. In: _____. *Rome's Cultural Revolution*. Nova York: Cambridge University Press, 2008. p. 03-37.

Notas

¹ Caráusio nasceu em uma data que não é conhecida, na região da Menápia, província da Gália Bélgica. Conseguiu se destacar como importante general durante as campanhas de Maximiano contra os Bagaudas, e este fato ocasionou em sua nomeação como comandante das tropas navais para combater os piratas francos e saxões. As campanhas vitoriosas de Caráusio começaram a aparecer como mais um perigo para a manutenção do poder imperial quando ele se estabeleceu na Bretanha, manifestando aspirações de que lhe fosse concedido o mesmo título de Maximiano. Os Imperadores, sob a alegação de que Caráusio retinha para si os espólios de guerra, ordenam sua prisão e execução. Diante desta situação, no final de 286 e início de 287 d.C., Caráusio declara-se Imperador da Bretanha e do Norte da Gália, com apoio de suas tropas (SAMARANCH, 1969, p. 141).

² Galieno enviou seu filho Salonino junto com outros generais (entre eles Póstumo) para proteger a fronteira do Reno. Entretanto, este não soube cumprir bem sua função e em meio às pressões dos alamanos e francos, as tropas nomearam Póstumo como Imperador. Este por sua vez derrotou Salonino e foi reconhecido Imperador pelas províncias da Gália, parte da Germânia, Hispânia e Bretanha, formando assim o Império Gálico.

³ *Quamquam illa régio diuuis expeditionibus tuis, Caesar, uindicata atque purgata [...]*.

⁴ Caráusio e Alectus são os usurpadores relacionados nos discursos de 289, 291 e 297 d.C. em homenagem a Maximiano e Constâncio Cloro. Por sua vez, nos discursos em homenagem a Constantino no século IV d.C., Maxêncio e o próprio Maximiano (após o ano de 310 d.C.) são destacados como usurpadores.

Artigo recebido em 30/10/2013. Aprovado em 10/12/2013.